



Associação de Pescadores de Armação de Pêra

Fundada em 2002

Apartado 305 EC de Armação de Pêra

8366-912 Armação de Pêra

Nif. 505 958 163

*→ Distribuição
AR Junho 2012
✓*

No seguimento das conclusões resultantes da 3ª reunião do grupo de trabalho para a pescaria do polvo vem a Associação de Pescadores de Armação de Pera alertar para várias questões que não foram levadas em conta. O mar abriga uma grande diversidade de peixes o que pressupõe uma diversidade de artes de pesca para a sua captura. Ao analisar (legislar sobre) uma arte (neste caso as armadilhas para captura de polvo) terá de ser sempre equacionada a interação com outras artes de pesca uma vez que o mar é um espaço aberto a diversos tipos de pescadores.

O entendimento do IPMA expresso nos 5 pontos constantes da ata da atrás referida reunião, pese embora se considere não ponha em perigo as reservas de polvo, é ruínosa para os armadores com outras artes de pesca.

No que diz respeito à nossa zona de pesca isso já se verifica. A costa de Armação de Pera, que tem o maior recife natural do país, um chão de pedra que produz muito peixe e de elevada qualidade, reconhecido por especialistas como um dos melhores e mais saborosos a nível mundial, vê-se sobrelotado de armadilhas que permanecem durante meses impossibilitando a pesca com redes.

A permissão de largar armadilhas desde ¼ de milha da costa até às 12 milhas não deixa espaço de mar livre para os armadores com artes tradicionais largarem as suas redes. Muitas vezes as armadilhas não estão assinaladas, outras são largadas por cima das redes já largadas, o que vai acarretar enormes prejuízos porque os pescadores veem as suas redes destruídas ao ficarem presas nas armadilhas. Igualmente as armadilhas já fora de uso, que ficam abandonadas no fundo do mar, causam um forte impacto ambiental porque o plástico leva centenas de anos a degradar, vai-se acumulando e tapa os comedouros do peixe impossibilitando a sua normal subsistência.

O problema atrás referido da pesca com armadilhas verifica-se com o uso de isco morto (cavala, sardinha) mas agrava-se substancialmente com o uso de isco vivo (caranguejo). Se no primeiro caso o isco tem de ser frequentemente renovado o que implica a remoção das armadilhas e a libertação do espaço ocupado, no segundo caso

isso não se verifica porque fica continuamente a pescar, esgotando os recursos e a disponibilidade de espaço livre.

O uso do isco vivo, por tornar a atividade menos trabalhosa, se for prolongada a permissão para o seu uso, vai haver maior adesão por parte dos armadores e, a muito curto prazo, as consequências serão catastróficas e o mar estará reservado exclusivamente a esta arte de pesca. De salientar ainda que não há um controle efetivo das autoridades sobre o número de armadilhas usadas por cada armador. Muito embora a legislação estabeleça um limite, não há como fiscalizar e fazer cumprir e os abusos levam ao agravamento da situação.

Vimos pedir, a bem da conservação dos recursos naturais da nossa costa e da defesa dos interesses dos armadores de pesca tradicional, que seja feita uma reanálise sobre a pesca do polvo levando em conta os pontos atrás expostos. Lembramos que esta é uma questão complexa que deverá ser analisada de diversos ângulos, não apenas do ponto de vista estritamente científico, devido às consequências ambientais e ao prejuízo causado aos pescadores que utilizam outras artes de pesca. Está em causa a sobrevivência de um importante setor de produção e a pesca com isco vivo não pode ser permitida.

Armação de Pera, 19 de Julho de 2012

A Direção

Tânia Oliveira
José Alberto Roberto Vitor